

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

A IDEIA REPUBLICANA ATRAVÉS DA HISTÓRIA DO BRASIL

(Excertos de uma conferência pronunciada por ocasião do Cinquentenário da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1939)

Tenente-Coronel RIOGRANDINO DA COSTA
E SILVA

Se quisermos resumir em poucas linhas o notável acontecimento histórico de que resultou a República do Brasil, considerando-o de um ponto de vista puramente objetivo, podemos dizer, apenas isto : o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca proclamou a República, no dia 15 de novembro de 1889.

Ruía, assim, no curto espaço de u'a manhã, um velho regime de quase um século, sem que o País sofresse abalos ou agitações, como se tudo estivesse preparado e combinado para a transformação radical e profunda que se operava em nossos moldes governamentais.

O próprio imperante, monarca absoluto até a véspera, encara a situação dentro de uma serenidade que se poderia atribuir a seu alto senso filosófico e a sua sólida cultura ; porém, o que se verifica, na realidade, com D. Pedro II é que ele também não se surpreende diante dos acontecimentos que se desenrolam, empolgando a alma nacional. E talvez por isso mesmo é que, quando recebe, oficialmente, a notícia do evento extraordinário, que importa sua deposição e a perda do trono que tanto soubera honrar e engrandecer, tem apenas uma frase de duas palavras, reveladoras por si mesmas de todo o entranhado amor à terra de seu berço : "Sejam felizes !"

Em face da resignação estóica do magnânimo imperador, o Major Francisco Solon de Sampaio Ribeiro — que lhe levava a comunicação oficial e a despeito de ser um dos mais ardorosos propugnadores da República — curva-se respeitoso frente ao monarca já destronado e nobremente lhe beija a mão augusta.

"É um símbolo a cena — diz o historiador Otelo Rosa, que a regista admiravelmente, acrescentando-lhe esta apreciação acertada :

"Tinha bem a consciência, aquêlê rei, do irreparável fim do seu reinado ; e a reverência daquele vencedor era bem a imagem da alma brasileira, doce e boa, sem ódio e sem rancor. E assim se fêz a República : sem lutas fratricidas, sem caudais de sangue."

Mas, se isso se deu, foi precisamente "porque a revolução já estava feita", na expressão clara e sempre sugestiva do inexcelsível Euclides da Cunha, sendo a República instituída como uma consequência lógica, fatal e imperiosa dos próprios acontecimentos que constituem a existência da nacionalidade, impondo-se no momento desde longe preparado, surgindo, enfim, "sem resistências e sem choques, como a realização natural de uma idéia que, pode-se assim dizer, sobranceia e domina a nossa História inteira."

A REPÚBLICA JÁ EXISTIA NO BRASIL

Apreciado que seja o episódio glorioso de 15 de novembro, na moldura escultural em que aparece o Marechal Deodoro erguendo o brado histórico que iria dar por terra com o trono bragantino, talvez se afigure ao observador menos prevenido como de certeza absoluta o conceito emitido por um contemporâneo ilustre, de que "o povo assistiu aquilo bestializado, atônito, sem conhecer o que significava".

A verdade, porém, confirmada pela História em sua sin-geleza convincente, é que a idéia republicana amadurecera desde longa data na consciência da coletividade brasileira, de maneira que se pode afirmar, sem medo de êrro ou de contes-tação séria, que "quando, em 89, se proclamou a República, a república já existia no Brasil".

Tendo a consagrá-la o nome de Tristão de Ataíde, a afir-mação, que parece ousada, vale por um axioma. Entretanto, não precisamos encará-la com a força de uma verdade evi-dente por si mesma, na rigidez indiscutível da expressão ma-temática ; antes, consideremo-la como exigindo demonstra-ção e, buscando esta nos fatos empolgantes que enchem nosso passado de beleza patriótica, façamos um esboço retrospectivo.

Poder-se-á, ver, então, como se desenvolveu, magnífica e brilhantemente, a idéia republicana através da História do Brasil.

NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XVIII

Nem é necessário remontar a priscas eras. Basta que tomemos a vida em marcha nos primórdios do Século XVIII. É do lendário e sempre glorioso Pernambuco, onde parece se haver concentrado tôda a energia indômita de uma raça em início de formação, ansiosa por se afirmar soberana e dominadora; é de Pernambuco que partem as primeiras centelhas da chama avassaladora que, uma vez ateadada pelos heróis nacionais, jamais se extinguiria, embora nem sempre crepitasse na plenitude de seu calor extremo.

Em 10 de novembro de 1710, o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo encabeça um movimento nacionalista contra o luso invasor. Simples decorrência da rivalidade entre Olinda e Recife, as duas tradicionais vilas do heróico rincão, a reação de 1710 tem significado bem mais profundo. E tanto assim que, reunindo a nobreza da terra, aquêlê patriciado caboclo em que se encarnava tôda a orgulhosa descendência do valor pernambucano, o chefe do movimento lhe transmite a idéia básica que o inspirava, propondo a instituição de uma República modelada por Veneza.

Não se encerra, todavia, o episódio sem lutas e sem sangue. Embora jurando fidelidade à Coroa, os rebeldês de Olinda combatem em Santo Antão e São Lourenço, e marcham sôbre Recife, onde não dominados, afinal.

OS PRIMEIROS MÁRTIRES REPUBLICANOS

Tem início, então, aí, o glorioso martirologio republicano do Brasil, aberto destemerosamente por Bernardo Vieira de Melo e mais dez companheiros da jornada sem êxito imediato.

Eram republicanos, sem dúvida, os sentimentos inspiradores do movimento olindense, muito embora ainda não perfeitamente enunciados. Queriam os "pês rapados" sacudir o jugo despótico que lhes impunham os "mascates" de Recife, mas conservavam uma espécie de veneração a El-Rei, tendo, por êsse motivo, procurado uma solução intermediária. Isso, no entanto, não impediu que a autoridade judiciária encarregada do processo da sedição afirmasse que "alguns dos moradores de Pernambuco intentaram fazer a República..."

A assertiva valia, na época, por um anátema terrível, por uma condenação irremediável. E, por isso mesmo, o capitão-mor de Olinda e seu filho André vão acabar os dias nas masmorras do Limoeiro...

Também por êsse motivo, dez anos mais tarde, o alto representante da dignidade real argúi os sediciosos de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, em Minas Gerais, do mesmo delito grave e horrendo. E o corpo esquartejado de Felipe dos Santos, arrastado às patas de quatro cavalos bravios, numa procissão macabra e sinistra no âmago da opulenta gleba mineira, vai servir como desagravo à majestade vilipendiada... Mas, ao mesmo tempo, assinala o segundo marco vigoroso, plantado na seara da nova idéia, que haveria de sazonar sômente mais de um século depois.

A CONJURAÇÃO DA INCONFIDÊNCIA

Ocorre, nesse interregno, a epopéia da Inconfidência Mineira, onde avulta e se immortaliza, avançando História a dentro, a figura insinuante do Tiradentes, único de todos os conjurados que paga com a vida o sonho que transcenderia a própria existência terrena dos homens. Porque já representava uma idéia amadurecida. Porque já se havia engastado na alma do povo, como um ideal de verdadeiro patriotismo.

Pouco se pode adiantar — dizem os historiadores — a respeito do modo por que se formou e desenvolveu o pensamento republicano entre os inconfidentes. Sabe-se do fascínio extraordinário que, em seus espíritos, exerceu, desde logo, o recém-implantado regime norte-americano. E também não se ignora, de acôrdo com o exame das peças do longo processo da sublevação dominada, especialmente pelo interrogatório dos acusados, que a república a instituir-se, além de leis favoráveis ao povo, teria diversos parlamentos ligados a um central, serviço militar obrigatório em tempo de guerra, fábricas de pólvora e de tecidos, universidade em Vila Rica, etc.

Embora tenha morrido antes mesmo de nascer — na observação de Calógeras — a Inconfidência, segundo o mesmo notável escritor, “encorajou a oposição corajosa a tôdas as tiranias e ao despotismo português”, desfazendo aos poucos, mas firme e inexoravelmente, os laços de prisão entre a metrópole e colônia. A tal ponto que — é ainda o autor da “Formação Histórica do Brasil” quem nos ministra o ensinamento — “quando rompeu a revolução da Independência, em 1821-1822, uma das dificuldades mais graves encontradas pelos patriotas para dissuadir a oposição de Minas foi precisamente a fórmula monárquica preferida, pois a lembrança do mártir Ihes inspirava, por mais conveniente, a receita extrema do obscuro oficial justicado: romper todos os liames com Portugal, mas abolir, também, o princípio dinástico”.

A NÍTIDA VISÃO DOS PRÓ-HOMENS DA INDEPENDÊNCIA

Os patriotas que construíram a Independência, entretanto, tiveram, antes do mais, que resguardar a integridade nacional, salvaguardar, por assim dizer, a unidade brasileira. Numa fase em que o continente vergava ao péso do caudilhismo selvagem e desagregador, a clara e nítida visão dos pró-homens da emancipação do Brasil percebeu o problema da salvação da Pátria em seus aspectos mais transcendentes e de maior importância para a própria nacionalidade. E, em lugar de uma solução republicana, que já se apresentava simpática e da preferência de muitos, foi adotada a fórmula monárquica, com um senso de oportunidade cujo alto valor e maior critério só o tempo viria evidenciar em toda a sua imensa grandeza.

É que, já então, não seria errado o que iria assinalar o estilista de "Os Sertões", quanto à República, para época um pouco mais avançada, mas que se aplica à ocasião com inteira propriedade: "a sociedade não a repelia; prorrogava-a".

NOVOS MARTIRES DA IDÉIA REPUBLICANA

Pouco antes, contudo, nova explosão do mais puro nativismo vem corresponder evidentemente, a mais uma indistigável manifestação das tendências republicanas em nosso País. A Revolução de 1817, em Pernambuco, efêmera tentativa de um punhado de bravos, cujo sonho se concretiza em realidade apenas durante o curto período de 75 dias, traz o cunho acentuado dos anseios do povo, na exclamação do futuro presidente da Confederação do Equador, o destemido Manoel de Carvalho Pais de Andrade: — "República, só República! E morra para sempre a tirania real!"

Surge dêsse fugaz tentamen democrático uma nova plêade de mártires, cujos nomes ressoam para todo o sempre aos ouvidos dos bons patriotas como verdadeiros toques a rebate em prol do Brasil livre e soberano: — Domingos José Martins, padre Roma, padre Miguelinho e tantos e tantos outros.

Os princípios fundamentais da nova modalidade de governo aparecem, então, mais nitidamente delineados, segundo a exposição do padre João Ribeiro: — governo pela representação das classes, inamovibilidade e independência da magistratura, emancipação ordeira e progressiva do elemento servil, tolerância religiosa, liberdade de opinião, etc.

Dêsses princípios dimanava o espírito de liberalismo que vai inspirar, poucos anos depois, outra demonstração de rebeldia da alma brasileira, no mesmo chão glorioso do indômito Pernambuco. Mas, agora, pugnando contra o desvirtuamento do regime monárquico e constitucional de 22. E a Confederação do Equador se extingue trágicamente, em 1824, tendo um ponto final com as execuções que se verificam e onde novos heróis se immortalizam com a auréola do martírio: — Frei Caneca, Ratcliff, Nicolau Martins, padre Mororó e vários outros.

DURANTE O PRIMEIRO REINADO

As manifestações se sucedem, durante o primeiro reinado, evidenciando sempre e cada vez mais o espírito soberano e altivo da gente da terra, delineando-se mais e mais acentuadamente o sentido de autonomia da nacionalidade, que se formava sob o influxo das idéias democráticas de heróis e mártires que se contavam por legiões. E Pedro I encerra seu reinado de um decênio com o episódio emocionante da abdicação, partindo para sua pátria de origem, onde, alguns anos passados, encerra também a própria existência de "Rei Cavaleiro", depois de pelepas rudes e sangrentas, que o sagrariam para a História como o monarca idealista e destemeroso das causas constitucionais...

A FASE TUMULTUARIA DAS REGÊNCIAS.

Entra o País, com a abdicação, na fase tumultuária e agitada das Regências, caracterizada por um imperativo transcendental: — a Ordem. Calógeras nos dá uma fotografia perfeita do momento, quando escreve:

"Era realmente profunda a agitação do espírito público, provocada por causas numerosas. O absolutismo era uma delas. Em julho de 1831, no Rio, Feijó teve de reprimir perturbadores da ordem pública e, para isso, usou da força armada. Pernambuco não se aquietou senão em 1835. Pará, até 1837, foi sede de distúrbios sangrentos, nos quais a *cabanagem* teve de ser duramente vencida e cujos móveis iniciais eram republicanos, mas que, em seguida, degeneraram em mera desordem policial. Maranhão continuou agitado até 1832. Ceará até 1834 e Amazonas até 1833. Minas não parecia estar igualmente revoltada, se bem que, em 1833, ocorresse aí uma sedição militar, em Ouro Preto."

Acrescentem-se, ainda, mais as províncias de São Paulo, Minas, com novo movimento sufocado em Santa Luzia, e o Rio Grande do Sul, com o decênio farroupilha, em que aparece a República de Piratini, além da Catarinense, e ter-se-á uma imagem exata do ambiente de desordens e anarquia que caracterizam os Governos das Regências e os primeiros anos do segundo reinado.

Era sombria a perspectiva por todos os quadrantes do território pátrio e somente à custa de ingentes esforços e de vigilância patriótica foi possível manter e preservar a unidade nacional. Como recurso extremo nesse sentido, faz-se a "revolução da maioridade", iniciando D. Pedro II seu reinado pessoal com o restabelecimento do princípio da autoridade, que se havia enfraquecido nos governos provisórios das Regências.

NO GOVERNO DE PEDRO II

Por todo o longo período em que o "neto de Marco Aurélio" se conserva à testa do poder, a política interna do País é dominada pelos partidos liberal e conservador, que se revezam na direção dos negócios administrativos. Entre um e outro, desempenhando as funções constitucionais de órgão irresponsável, sob a designação de Poder Moderador, o monarca ia cavando por suas próprias mãos o túmulo em que iriam sepultá-lo os acontecimentos em sua força poderosa e invencível. Essa situação é magistralmente descrita por Calógeras com um rigor matemático, bem próprio de seu espírito acostumado ao manejo da mais positiva das ciências. E, em suas palavras serenas, encontramos admiravelmente gizada a figura do soberano dentro do quadro histórico do segundo reinado, quanto ao que diz respeito às questões de política interna. Aliás, nem mesmo as contendas externas e nem mesmo aquêlê "desvio da nossa História", que foi a guerra do Paraguai, conseguiram modificar a posição do imperante no largo cenário da vida nacional. De sorte que, encerrado o ciclo das campanhas do exterior em 70 e entrando em jôgo outros fatores de capital influência, nada admira prosseguisse com enorme velocidade a acentuar-se o abandono do ideal monárquico e a aumentar intensamente a desafeição pelo regime imperial. Tais são, com efeito, as conseqüências fatais de causas cada qual mais importante, como, sem dúvida, a abolição dos escravos, a questão religiosa, a questão militar e, sobrepassando a tôdas, porque de tôdas elas se aproveitando, a propaganda do regime republicano, que ia sempre e cada vez mais conquistando adesões e fazendo prosélitos valiosos, em todos os sentidos.

A PROPAGANDA DO NOVO REGIME

Pretender resumir a jornada da preparação do advento do novo regime, além de difícil, seria tarefa fadada, talvez, ao insucesso absoluto, pois que até mesmo Euclides da Cunha se considerou "inapto para sintetizá-la". Podemos, porém, julgar perfeitamente seu valor extraordinário pelo próprio acontecimento magnífico que lhe serviu de coroamento admirável. E dizer, como o faz o ensaísta vigoroso de "A margem da História":

"Depois disto, a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam da nostalgia desse passado brilhante, que também veneramos, porque é toda a justificativa do nosso regime atual."

APÓS A PROCLAMAÇÃO

Realizada a proclamação, em 15 de novembro de 1889, o que foi e o que tem sido a República no Brasil é por demais sabido.

Ainda mesmo na fase que se poderia chamar de idílica da nova forma de governo, já apareciam desencatados e desludidos a apregoarem ceticamente: — "não era esta a República de meus sonhos...".

Os acontecimentos, em sua marcha inexorável, de um modo geral, só vieram servindo para confirmar a frase que passou a valer como sentença condenatória...

Os raros episódios que refletiam o regime na sua pureza ideológica, ou resultavam da prática verdadeira do novo sistema, apenas serviam como exceções confirmadoras de uma regra lamentavelmente desoladora. Tanto que não seria absurdo se generalizasse o conceito rude, mas sincero, de um dos mais lúcidos espíritos da nossa moderna geração de pensadores:

"A República não resolveu, ainda, nenhum dos problemas básicos que provocou logo após a sua proclamação."

Os fatos, porém, são todos recentes, não se tornando necessário demorar a análise sobre cada um deles. Basta assinalar que, viciado o regime e deturpadas as instituições governamentais, surgiram reações em épocas diferentes, traduzidas em manifestações diversas, que foram até ao extremo

do uso da força, causando novas vítimas e fazendo com que se derramasse, mais uma vez, o generoso sangue brasileiro.

Vem, nessas condições, a deflagrar vitorioso o movimento de 3 de outubro de 1930.

Nessa insurreição geral, então, como o acentua o ex-Ministro Francisco Campos, "ao movimento meramente político se encorporou o impulso profundo e irresistível das forças vitais da Pátria, a abrir caminho para sua evolução natural e a buscar, no espelho de sua fisionomia, o retrato das suas verdades históricas, sociais e econômicas, rompendo a máscara das fórmulas e das convenções que a desfiguravam".

Começa a processar-se, efetivamente, com a vitória de 30, uma retificação completa e salutar dos rumos até então seguidos em nossa vida republicana, que os mais graves erros deturpavam, apresentando-se o regime, por assim dizer, ferido de morte, após 40 anos de prática sempre defeituosa.

O mal que vinha da monarquia, em que os fortes partidos políticos existentes, pela ação mesma que desenvolviam, levaram à triste situação de que resultou a República, em vez de se atenuar e desaparecer, agravara-se de maneira sensível. Porquanto, com a transformação dos moldes governamentais, os velhos blocos partidários, em que, apesar de tudo, tantos nomes ilustres resplandeceram, como que se diluíram na torrente das novas idéias, acabando por desaparecerem. E, em seu lugar, passou a vida política nacional a se processar em torno de conglomerados de oportunismo, de aglutinações interesseiras em redor de homens, relegadas para plano inferior as idéias diretrizes das grandes agremiações de partido e desprezados por completo os altos e sagrados interesses da Nação.

Como nos dias de 70, um dilema angustioso se estabelecia para a nacionalidade: — reforma ou revolução. E, como naquela época decisiva, a reforma se processou, para evitar sucumbisse o País nos horrores das lutas fratricidas, na miséria da guerra civil.

AS GRAVES RESPONSABILIDADES DO MOMENTO

Os destinos supremos da Pátria estão confiados, no presente, a uma geração que se pode considerar nascida com a República. Os que vieram depois dela, tendo sofrido desilusões e chegando, mesmo, às vezes, a quase desesperançar, combalidos pela descrença, ante o doloroso espetáculo de um regime que se corrompia cada vez mais, puderam com satisfação constatar que nem tudo se perdeu no turbilhão das

lutas de interesses irrefreados e avassaladores. Salvou-se, apesar de tudo, o senso imperecível da dignidade e da honra nacionais. E o Brasil apresenta o aspecto impressionante de uma Nação soberana e forte, que encontrou, afinal, a rota segura e definitiva de seu destino imortal. Mas, por isso mesmo que o ambiente de agora diverge, profunda e substancialmente, daquele de há bem poucos anos, muito maiores e muito mais graves se tornaram as responsabilidades do momento, para quantos têm em mãos uma parcela de poder, como representantes da pública administração.

A situação interna do País se apresenta consolidada; a autoridade restabelecida em tôda a dignidade de suas atribuições; os princípios de soberania inerentes e indispensáveis às nações fortes e capazes de se fazerem respeitadas passaram a vigorar, felizmente, em tôda a extensão de sua imperiosa necessidade; observa-se, enfim, por tôda a parte, um ambiente propiciador das mais robustas expressões de trabalho construtor e de progresso sempre em ascensão, como nunca se registraram em nosso desenvolvimento de povo livre. Mas, a lado dessa situação, uma outra se nos depara, cheia de preocupações e incertezas, como reflexo fatal do entrelaço e das lutas que lavram pelo mundo, acarretando a ruína e a desgraça de outros povos. Daí resultam, sem dúvida, deveres mais sérios, não apenas aos responsáveis pelos destinos da nacionalidade, como a todos os brasileiros que se querem conservar dignos deste nome, tornando-se indispensável inculcar no espírito de cada um a verdade destas exortações, que servem de introdução ao notável inquérito publicado sob o título de "A margem da História da República":

"Acreditemos no Brasil. Comemoremos com crença no *Passado*, para que possamos ser acreditados em nossos sonhos de projeção para o *Futuro*. Realizemos o *Presente* honestamente, sinceramente, como nos compete."

Pelo nosso trabalho honrado e pela boa vontade de nossa colaboração eficiente, transformemos, portanto, em realidade as idéias e os sentimentos generosos dos brasileiros que nos precederam, confiando à nossa guarda e aos cuidados do nosso devotamento cívico todo este patrimônio inviolável e sagrado, que se concretiza na Pátria gloriosa do *Passado* e do vigorosa Nação do *Presente*.

E saibamos, para o *Futuro*, não só preservar o legado precioso, como, também, enriquecê-lo pelo nosso esforço para fazer maior ainda o já extraordinário acervo de nossa riqueza histórica.